

**TABU DA MORTE.** Rodrigues JC. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 260 pp.

ISBN: 85-7541-090-3

A sociedade brasileira tem enfrentado recentemente o questionamento sobre a vida e a terminalidade. Foi aprovada em novembro de 2006 pelo Conselho Federal de Medicina a *Resolução n.º 1.805/06*, que permite ao médico “*limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente em fase terminal, de enfermidade grave e incurável, respeitada a vontade do doente ou de seu representante legal*”. Nesse contexto, torna-se fundamental a reedição de *Tabu da Morte*, publicado originalmente em 1983. Resultado do seu doutoramento em Antropologia Social pela Université de Paris VII, tornou-se um clássico ao abordar o tema da morte como uma forma de representação social e as tentativas de banir e afastá-la da vida. Discorrendo sobre como as diferentes sociedades entendem e vivenciam o fenômeno da morte e do morrer, o autor faz um extenso inventário, dando conta do fenômeno não somente pela perspectiva antropológica, mas também do ponto de vista histórico e político.

Os estudos sobre o fim da vida e a morte tornaram-se um campo de investigação da etnografia no início do século XX, a partir dos trabalhos de Durkheim, Mauss e Radcliff-Brown, entre outros. Segue-se um enorme período sem produção intelectual nesse campo e é somente a partir dos anos 1960/70 que são retomadas as reflexões sobre o tema. Este simbólico silêncio é também pensado pelos historiadores, sociólogos e antropólogos, e sob a seguinte perspectiva: a mudança na relação entre o homem moderno e a morte. A ocultação da morte e a exclusão de quem está morrendo tornam-se partes fundadoras do tabu que se erguia e que segundo Geoffrey Gorer, citado por Rachel Aisengart, destrona o sexo como então interdito<sup>1</sup>. Outros pioneiros em estudos sobre a morte como Philippe Ariès, Michel Foucault e Norbert Elias constituem a espinha dorsal de uma tradição investigativa a que se filia José Carlos Rodrigues.

Na primeira parte do livro, Rodrigues procura compreender as representações sociais da morte fazendo um exame amplo das práticas e crenças funerárias realizadas por outras culturas. Embora haja uma incrível diversidade, os pontos de contato saltam aos olhos, segundo o autor: “*inferno ou céu para os cristãos e os muçulmanos, Campos Elísios para os gregos antigos, reencarnação e metempsicose na filosofia oriental, passagem para o reino dos ancestrais na África. Por toda a parte a morte é entendida como um deslocamento do princípio vital*”. Investigando a multiplicidade de relações com o morrer aprendemos que os Diola, os Betes e outros povos africanos costumam interrogar os mortos sobre os responsáveis por sua morte; que os Dayak de Bornéu promovem a comunhão com os mortos moendo seus ossos e misturando-os com a comida; e que entre os Edo, da Nigéria, a duração do luto depende da riqueza e da idade do filho mais velho do morto. Assim, as práticas de sepultamento e de exposição do cadáver, as manifestações de dor e a as reações dos vivos são ricamente inventariadas.

Na segunda parte do livro o autor analisa os processos históricos que engendram nossa visão de morte – a visão ocidental –, baseados em uma organização econômica que produz um determinado sistema de pensamento. “*A morte é um produto da história*”, diz

ele. Mais do que desfiar linearmente como o homem enfrentou esse momento ao longo da história, Rodrigues discute o paradoxo que é o silêncio sobre a morte em uma sociedade em que a morte é uma realidade muito barulhenta.

Durante a Idade Média a morte era um fenômeno comum, costumeiro, que causava uma dor tolerável, posto que não era uma ruptura entre o aqui e o além e os ritos eram comunais. Nas imediações do século XV há o lento desenvolvimento de um sentimento de individualidade, que questiona a salvação e a imortalidade. O medo do além começa a se manifestar em uma sociedade que vivia de maneira familiar com ela. As ações individuais são pesadas na balança do Bem e do Mal, visando ao Céu ou Inferno. Desenvolve-se uma dramaticidade sobre o fato, acentuada nos séculos XVI e XVII. Anuncia-se, então, a morte romântica. Esta é temida pelos sobreviventes, possui um componente insuportável de despedida (o *mise-en-scène* da tristeza), e o luto passa a fazer fronteira com a loucura, sendo um fenômeno comunitário.

A morte transforma-se em acontecimento detestável no século XIX, pois representa uma ruptura no andamento normal da vida. As práticas funerárias são apropriadas pela família, pela medicina e pelo poder público. Desenvolve-se uma estética fúnebre em que predomina a concepção de beleza do morto (signo de ausência de sofrimento) que é a dissimulação do medo da própria morte.

O século XX traz uma transformação revolucionária da morte, que deixa de ser “*tudo*”, parte constituinte da vida normal e do ciclo pessoal, para se tornar “*nada*”, ocultada do dia-a-dia, tratada com aparente indiferença. O luto é abandonado às práticas individuais, com a finalidade de poupar a coletividade. É um luto privatizado. A neutralização dos ritos funerários e ocultação da morte fazem parte dessa incapacidade social de se lidar com ela. Isso explica ainda a transferência do ato de morrer para o hospital, aonde o doente se despersonaliza, ao mesmo tempo em que se protege a família da morte, o doente das pressões emocionais dessa família e a sociedade da publicidade da morte. Esta passa a ser uma espécie de responsabilidade técnica passível de ser controlada. Nasce o mito da amortalidade humana (versão moderna da imortalidade) e uma nova escatologia.

A última parte do livro procura esclarecer o sentido social e político do silêncio com que a sociedade industrial reveste a morte. É quando o autor enfrenta a questão do tabu. Há uma crítica ao papel dos meios de comunicação e ao tipo de morte veiculada. Toda a verbosidade que circula na imprensa, as mortes distanciadas, na “*terceira pessoa*”, violentas e que não alteram as relações sociais apenas reverberam e acentuam o tabu da morte. Oferecem respostas a perguntas que não foram feitas, abolindo antecipadamente uma reflexão sobre o evento terminal da experiência humana.

Na conclusão, Rodrigues discute quatro mitos que a sociedade forjou para si: o da extrema riqueza da sociedade industrial; o da extrema capacidade produtiva da civilização moderna; o do “*progresso*”; e por último, o mito da vida, isto é, o pensamento de que se pode produzir vida graças à capacidade técnica. A partir dessa reflexão ele chega à essência da sua tese, que são as relações entre morte e poder e a atualização específica destas relações na sociedade industrial. O poder, exercido como dominação, encontra uma fronteira: a

morte. Segundo o autor, não é a capacidade de decretar a morte que faz do poder, poder, como historicamente é pensando. Mas, o contrário e paradoxalmente, é a estratégia de obrigar a viver que acaba por constituí-lo. Em resumo, “o risco de morte é um pressuposto absoluto de libertação”, daí as tentativas do poder em conservar a vida dos seus súditos, inculcando nos dominados o medo da morte e o pânico de deixar de existir. A morte é transformada em tabu. Por isso o suicídio é condenado, ele subverte a relação de poder, corroendo-a. Teme-se a morte e aceita-se a vida vivida, esta é a idéia subjacente. “Ao negar e banir a morte, o poder age coerentemente: sabe que a liberdade do homem exige a existência da morte e que é esta existência – não temida – que impele a ousar e a não esperar”, conclui o autor. E aponta para um então novo pensamento na problemática antropológica, desfocando o pensamento das mortes presentes e passadas para se preocupar com as mortes futuras, dos nossos filhos e as que estão sendo disseminadas pelo planeta.

É urgente uma discussão sobre os limites da vida e a quem os pertence. Viver extrapola as funções fisiológicas, é uma trajetória que inclui experiências, sensações, memórias e relações. A “boa morte” é o fechamento de uma boa vida. Por isso surge com força a noção de cuidados paliativos, e com ela uma nova representação social do morrer. Atualizam-se assim os estudos sobre a morte, construindo-se para ela, um novo modelo.

Gabriela Oigman  
Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz,  
Rio de Janeiro, Brasil.

1. Menezes RA. Em busca da boa morte: antropologia dos cuidados paliativos. Rio de Janeiro: Editora Garamond/Editora Fiocruz; 2004.

**ESPERANÇA EQUILIBRISTA. CARTOGRAFIAS DE SUJEITOS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO.** Dalmolin BM. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 214 pp.

ISBN: 85-7541-084-9

Há no Brasil uma intensa produção bibliográfica sobre questões relacionadas à saúde mental. Essa temática tem sido objeto de estudo desde o século XIX, mas, a partir dos finais do século XX, encontramos um recrudescimento significativo nessa produção. As razões são várias. Uma delas diz respeito às mudanças ocorridas no campo da saúde mental, mais especificamente nas transformações da organização da atenção ao sofrimento psíquico. Em termos muito gerais, é possível identificar o início dessas mudanças a partir da década de 1960 com a proposta norte-americana de se estender a prevenção primária e comunitária na promoção da saúde mental. Surgem dessa proposta duas grandes linhas de pensamento sobre a organização do “modelo de atenção”: reformulação do tratamento em hospital psiquiátrico e abertura de serviços comunitários. As reflexões sobre essas duas diretrizes, especialmente a segunda, ocupam grande parte da atenção dos estudiosos. Trata-se de uma preocupação importante para um país como o Brasil que vivencia uma reforma psiquiátrica e em que a qualidade da assistência à saúde mental continua se agravando.

Embora tenhamos uma significativa produção intelectual na área da saúde mental, ainda somos um tan-

to acanhados na compreensão desse campo. Grande parte dos trabalhos desenvolvidos está muito atrelada à análise e proposições de políticas e serviços de saúde. É importante chamar a atenção de que, por um lado, o êxito das possíveis transformações na reabilitação ou atenção psicossocial não depende apenas de formulações de estruturas políticas e institucionais. Para isso, devemos nos aproximar mais do ponto de vista dos sujeitos que vivenciam o sofrimento, isso é, compreender melhor a cultura do outro de quem pretendemos tratar. É preciso levar em maior consideração o “usuário”, potencial ou não, nesse processo. Nesse sentido, é salutar um certo e dosado “distanciamento” dos contextos institucionais. Por outro lado, não podemos esquecer que o sofrimento não é algo circunscrito ao corpo ou ao psíquico, mas que envolve os demais aspectos da vida. Assim, sem perder de vista um diálogo com as instituições de saúde mental, é fundamental que os nossos pesquisadores ouçam mais as experiências e situações vividas pelos indivíduos fragilizados pelo sofrimento psíquico. Um ouvir que pressupõe inclusive um refinamento teórico-metodológico capaz de analisar e expressar diferentes dinâmicas de conflitos e interesses presentes na vida cotidiana desses indivíduos. É com essa perspectiva em vista que Bernadete Maria Dalmolin desenvolve o seu trabalho, *Esperança Equilibrista. Cartografias de Sujeitos em Sofrimento Psíquico*.

Doutora em Saúde Pública (Universidade de São Paulo) e professora titular do Curso de Enfermagem da Universidade de Passo Fundo, Dalmolin procura renovar a discussão sobre reforma psiquiátrica no Brasil ao examinar, mediante abordagem antropológica, a cartografia de sofrimentos psíquicos em um bairro (Candelária) de município de porte médio no Rio Grande do Sul. Trata-se de um livro que aposta no investimento de outras propostas terapêuticas para além dos recursos da institucionalização. Nesse sentido, estimula a reflexão tanto para os profissionais da área da saúde mental quanto para o mundo acadêmico.

O ponto de partida fundamental da pesquisa está na constatação de que, embora tenham existido várias modificações na assistência especializada à saúde mental, a qualidade desses serviços deixa muito a desejar. Como diz a autora, “se, por um lado, podemos reconhecer que as alterações dos serviços especializados não deram conta de aprofundar e explicitar mudanças mais radicais, por outro, os indivíduos, suas famílias e a própria comunidade buscam, em seu cotidiano social, responder às necessidades dos cidadãos portadores de uma saúde mental que necessita de permanentes ‘retóques’, de afetos diferenciados e escuta [não apenas terapêutica] sensível” (p. 12). Assim, a tese proposta é que o modelo de atenção que predomina no campo da saúde mental ainda é refratário às possibilidades de vida dos sujeitos que vivenciam a situação de sofrimento psíquico. A questão fundamental que nos traz a autora é que esses serviços tendem a homogeneizar, padronizar e tolher as produções subjetivas dos seus “usuários”, condicionando-lhes muitos dos comportamentos dentro e fora das instituições. Visto como “portador de transtorno mental”, dotado de uma possível “periculosidade social” e excluído da discussão de seu próprio projeto terapêutico, o sujeito em sofrimento psíquico passa ao domínio de uma instituição que desconsidera “a autonomia e a liberdade como elementos necessários às expressividades do sofrimento e à centralidade dessas pessoas” (p. 12). A proposta do estudo é justamente